RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL UNIFICADO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Local: **Auditório do Sindsep-DF.**
Data: **23 de novembro de 2019.**
Composição da Mesa: **Francinete Silva Manzan, Pedro Armengol e Rufino**.

Inicialmente, optou-se por tratar do Projeto Unifica do governo que, como se sabe, tem sido doloroso para os servidores, especialmente para os do ex-MTb.

Nesse ínterim, também abordamos a comunicação péssima no Ministério da Economia, como por exemplo, soube-se apenas na sexta feira que o prazo do empenho que estava findando fora prorrogado na sexta feira; ou seja, até os gestores estão com dificuldades de receber as comunicações, e muitas vezes ficam sabendo das mudanças depois que são publicadas no DOU.

Haverá um encontro de dez dias no início do mês de dezembro em Brasília, entre a Secretaria do Trabalho e os Superintendentes, este encontro é para o planejamento, conhecimento dos projetos do governo, treinamentos, capacitação etc.

Na ótica do governo, as plataformas estão sendo implantadas e não vão regredir, teremos as carteiras digitais, os canais de comunicação serão: via telefone, internet, zap, mas que será o servidor irá orientar, ensinar e auxiliar a população a usar estas ferramentas, através dos totens localizados nos postos de atendimento e nas unidades do INSS. Tudo vai estar conectado ao CPF do cidadão, que poderá utilizar também de aplicativos, o objetivo do governo e acabar as filas. Conforme informado,sustentam que o serviço público está mudando, e as plataformas estão cada dia com mais funcionalidades. Em abril o trabalhador deverá ter o aplicativo de forma que possa acompanhar os pagamentos do FGTS, INSS, e caso não seja recolhido poderá enviar alerta à fiscalização.

Inferimos que o governo prioriza o atendimento virtual, mas haverá o entendimento presencial, que o cidadão procurará os pontos de atendimento, têm o direito ao atendimento físico. Assim os servidores terão que se adaptar aos moldes das plataformas, e cumprir todo uma legislação que será especifica. A Secretaria do trabalho têm as próprias atribuições, isso não vai mudar. As informações deles é que o intuito não é mudar para precarizar, querem levar-nos a crer que todas as

SBS – Quadra 1 - Bloco K – Ed. Seguradoras– 3º Andar – Asa Sul – CEP 70093-900 – Brasília - DF

mudanças serão feitas para melhoria de condições de trabalho, com locais mais acessíveis a todos (servidores e Público) etc. (sic)

Sobre a GSISTE, foi informado que pertence à parte estruturante e não finalística, que em alguns lugares tinha desvio de finalidade, mas estão sendo redirecionadas aos setores certos. A parte estruturante é que detêm a GSISTE. Foi combinado que quem for para as áreas estruturantes, continuarão com as Gratificações. Se houver manobras, poderão ser relatadas e retornarão para as respectivas áreas. As SRTb ficarão com gestão de administração residual. As GSISTE'S têm o prazo até 31 de dezembro de 2019 para migrarem para as SRA.

Soubemos que a Secretaria do Trabalho manter todas as unidades da área finalística, que estão abertas 98 Gerências, que este número era o objetivo do governo. Atualmente são 498 agencias em todo o Brasil, sendo que destas, 373 agências com três servidores e 141 com um servidor, precisando atualizar estes dados. A portaria de junção do INSS com o Trabalho foi publicada. Querem unir as forças dos órgãos, e de imediato são 15 Agências que irão para o INSS e 1 vai para o Trabalho. Que deverá funcionar da seguinte forma: A PREVIDÊNCIA fazendo o seu trabalho e o TRABALHO fazendo suas próprias atribuições.

A reforma administrativa do governo quer alinhar as carreiras, a previsão é de apenas três carreiras. Sendo a primeira a típica de Estado, a segunda para a área administrativa, separada entre as áreas técnica e de analista para os ativos, e a terceira neste último molde, mas com o piso salarial achatado para os servidores novos. Serão implantados centros de atendimento onde cada unidade de atendimento, prestará serviços desde carteira de trabalho até alvarás.

A Secretaria de Gestão fará a capacitação para as três áreas: fiscalização, gestão de pessoas e gestão administrativa.Na Secretaria do Trabalho será feita capacitação das áreas específicas para as atividades: Políticas Públicas, Relações do Trabalho e Inspeção.

Querem acabar com os turnos em todos os órgãos, para priorizar o atendimento virtual e o teletrabalho, mas tal fato foi fortemente refutado pelos servidores, apesar de ser a diretriz de governo, porque seria também para esvaziar os órgãos, implantar a terceirização, privatização dos serviços públicos etc. Daí, encaminhamos pedido de reunião urgente com a Secretaria de Gestão do ME.

Em São Paulo houve o fechamento das gerências do trabalho localizadas nas áreas norte, sul, leste e oeste, levando os servidores para a sede, mas que este fato aconteceu a pedido do Superintendente, para que fosse ajustado o quadro fiscal e ajuste da SRA, pois precisavam colocar tudo em lugar específico para ajustar as necessidades do projeto, e isto trouxe problemas para os

SBS – Quadra 1 - Bloco K – Ed. Seguradoras– 3º Andar – Asa Sul – CEP 70093-900 – Brasília - DF

servidores, sem levar em conta a mobilidade numa cidade grande e outras do interior, e muito menos sem se importar com o fator humano etc.

Houve o entendimento e direcionamento de que somos servidores de carreira, e que devemos entrar de cabeça erguidas para aonde tivermos de nos apresentar, não devemos ser submissos a qualquer outro órgão. Todos devem ocupar seus espaços. Assim, nenhum órgão do Ministério da Economia é dono de qualquer coisa, tudo pertence à União, nenhum órgão é melhor do que o outro. Nesse sentido,é que os Superintendentes devem ser orientados no encontro citado acima. Se as outras áreas não colaborarem, devem ser enquadradas. E o encontro dos superintendentes tem uma programação que estará no portal da transparência, e terá várias etapas, inclusive planejamento etc.

A primeira etapa do Projeto Unifica consistiu na unificação dos órgãos no M.E. A segunda parte foi a unificação das pessoas com data prevista para julho passado. A terceira parte será a da logística. A antiga Secretaria Executiva é a atual Secretaria Corporativa. A estrutura ainda está sendo moldada, houve algumas mudanças como por exemplo o Registro Sindical voltou para a pasta do Trabalho, a fiscalização está sendo desenhada e não foi finalizada ainda. Mas até a segunda quinzena de janeiro/20 estará pronta e publicada. Serão criadas centrais de atendimento em cada capital o objetivo será para atender os servidores e aposentados, em algumas já foram inauguradas como Brasília e outras já estão quase prontas como RJ, SP, e por aí em diante. Situações como a que viu em Minas Gerais, onde os servidores da SRTb's estão em salas separadas na Secretaria da Administração não podem ocorrer e será reportado às Unidades.

O pessoal quer for para a SRA deve ter melhores condições de trabalho, inclusive porque poderão ter os cargos comissionados e o poder de influência.

A ótica do governo é a seguinte: que o novo modelo do Governo Digital, exige que as empresas tenham a obrigação de manter conectados seus dados no eSocial. O CPF é a base da consolidação das informações. Estará conectada à Carteira de Trabalho Digital etc. E o trabalhador fará todo o processo digitalmente, sustentam que haverá a democratização do atendimento, mas o trabalhador não incluído digitalmente, será atendido pela via presencial. Há a fila nacional do Seguro-Desemprego, e a regularização do teletrabalho para análise do SD. O serviço público está num processo de transformação. Dizem que não há como revertê-lo, que o atendimento das atribuições não serão mudadas, querem melhorias no atendimento, que os locais de atendimentos não poderão ser precarizados, que buscarão os melhores locais para instalar o atendimento à população. Que se houver algum movimento para precarizar o local de trabalho, esse fato deverá ser reportado à Secretaria do Trabalho, pois não será autorizado. Haverá Centro de Atendimento ao cidadão, onde qualquer cidadão poderá pedir serviço federal. E quem estiver lá, receberá as demandas. Criarão o

SBS – Quadra 1 - Bloco K – Ed. Seguradoras– 3º Andar – Asa Sul – CEP 70093-900 – Brasília - DF

autoatendimento nas Unidades. Obtivemos a informação de que o Marcio Borges montou esse projeto e os servidores irão ajudar os usuários.

Teremos centros especializados por região, como por exemplo:O Nordeste, será responsável pela contração, o Sudeste pela informação e a comunicação, para conseguir suprir as demandas do país. De um único local, deverá realizar a logística, um centro de compras está no projeto, e a sua implementação será muito rápida.

O governo lançará a Reforma Administrativa; porém o governo diz agora que "será suave" por causa das mobilizações em diversos países.

Em seguida foi aberta a avaliação e as propostas. E constou-se que o projeto deste governo é destruir os serviços públicos principalmente os setores que minimizam as desigualdades sociais ou que protegem os direitos dos trabalhadores, por isto que neste contexto os órgãos que tinham programas relacionados com os direitos sociais, tais como a previdência, trabalho, saúde, educação e assistência social, foram ou estão sendo extintos. Como se não bastasse,há o ataque do governo ao acervo de direitos dos trabalhadores e não têm limites a reforma da previdência, pois confiscará a partir de 3% dos servidores ativos, e a partir de 14% dos servidores aposentados e pensionistas, que acabou com o direitos conquistados da aposentadoria e trabalhistas, e na iminência da reforma administrativa, que prevê a redução de 25% dos salários, além das privatizações, terceirizações, que são as bases dos ataques deste governo neoliberal/fascista. Assim para enfrentarmos o caos, precisamos nos organizar.

PROPOSTAS

- Debater e lutar pela criação de um plano de capacitação no Programa Nacional de Desenvolvimento de Pessoal/Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP/PDP, para a inclusão dos servidores administrativos do Ministério da Economia, contra a automação do Governo Digital, conforme prevê a CF/88, para coibir a disrupção das nossas ocupações (anexo);
- Ampliar a organização por local de trabalho, buscando maior participação da base através de assembleias, encontros Regionais e Estaduais e Nacionais, e nas frentes e comitês em defesa dos serviços públicos e contra a retirada de direitos;
- Lutar pela proposta do Fonasefe de aumento da per capita, do auxílio-saúde, com pressão nos parlamentares e no governo federal, bem buscar a melhoria dos planos de saúde de autogestão (Assefaz, Geap, Capesaúde dentre outros) podendo ocorrer inclusive a fusão;
- Lutar contra o assédio moral e pela melhoria das condições de trabalho, com a criação de comitês de éticas nos estados, com a participação da representação dos servidores;

- Fazer discussão de conjuntura sobre o desmonte, discutir a situação do atendimento dos servidores sobre o olhar das novas mudanças e buscar, através das mídias, desconstruir esse pensamento de que as coisas podem melhorar;
- Participar dos Fóruns estaduais unificados com agenda de atividades, buscando o apoio dos movimentos populares;
- Participar das comissões estaduais para pressionar parlamentares a votarem contra as reformas;
- Lutar pela Manutenção do GPCOT para questões especificas do trabalho;
- Lutar pela manutenção do turno de 12 horas, e, neste sentido, de imediato, lutar pela revogação da Portaria 6.057/2019 da SRTE/RJ, que encerra o horário ininterrupto no RJ, prejudicando os cidadãos e os servidores, bem como os turnos nos outros órgãos do ME;
- Incorporar a luta do conjunto dos servidores por reajuste salarial;
- Incorporar a luta das categorias de servidores aos movimentos unificados nas esferas federais, estaduais e municipais;
- Buscar de forma política a abertura de mesa de negociação para assegurar as conquistas da categoria;
- Buscar a Unificação dos planos de saúde com a participação e atuação da CONDSEF, defendendo melhores condições e mais favoráveis para os servidores;
- Lutar pela Unificação das tabelas de salários com equiparação pelo maior nível salarial;
- Garantir respaldo sindical perante o governo e suas unidade centrais, setoriais, regionais e locais de todas as demandas pontuais e individuais apresentadas neste encontro, e ainda, outras demandas existentes que se fizerem necessárias para o momento;
- Divulgar os projetos do governo no ME, buscando o máximo de explicações para as bases nos locais de trabalho e encontros afim de orientar como vão funcionar os trabalhos, sem mitos e sem fantasias.

ENCAMINHAMENTOS

- Fazer pedido urgente de audiência à Daniela Calazans, Secretaria de Gestão Corporativa;
- Criar Comissão para discutir a pauta unificada do Ministério da Economia com no mínimo 02 representantes por ministério extinto (ME), de forma proporcional; sem prejuízo das comissões específicas que discutem condições de trabalho, tais como mesa da Fazenda, Previdência e Trabalho (GPCOT), dentre outros que compõem o ME;
- Judicializar a reforma da previdência e administrativa;
- Pedir reunião com Márcio Borges do Seguro-Desemprego para esclarecer as dúvidas e as dificuldades da área. Solicitar o esclarecimento a respeito da nova portaria de carteira digital que, até o momento, não é e não pode ser a única opção do trabalhador, bem como solicitar os esclarecimentos sobre o fim do atendimento presencial do SD, já que a demanda por

requerimentos e soluções dos inúmeros problemas ainda é muito grande. E acerca do projeto do autoatendimento;

- Buscar uma agenda de luta que leve em conta uma problematizarão maior dos processos de informatização, no sentido de tentar manter as conquistas como as dos Turnos de 12 horas ininterruptas (6 horas por servidor) em todos os órgãos onde vigoram os turnos, sem redução de salário, manutenção das FCT's, GSISTE's, FCTE's, dentre outras, e a valorização de nossas atividades, como atividades essenciais ao público;
- Aproveitar a abertura no congresso para encampar a frente parlamentar em defesa da Zona Franca, com a mobilização e os movimentos de rua, mobilizar as bases;
- Criar campanha em defesa dos serviços públicos, e contra as privatizações e terceirizações nas atividades fins, explicando a importância dos serviços públicos para a sociedade;
- Que a CONDSEF elabore um calendário de atividades, orientando os estados ainda neste ano;
- Organizar um calendário de assembleias nos locais de trabalho para construir a Pauta Geral do ME;
- Notificar o ME, através de sua Secretaria do Trabalho, que a central de atendimento "ALÔ TRABALHADOR", através do telefone 158, boicota o cidadão, não realizando o agendamento presencial;
- Incorporar o anexo "Estudo do Rumo do Trabalho e a Defesa do Serviço Público", com suas proposições, o qual será a diretriz para as discussões das ocupações da capacitação da categoria perante a Secretaria Corporativa do ME;
- Implantação pela Secretaria Corporativa do ME do Programa de Educação para a Aposentadoria;
- Elaboração de Plano de Ação pelas entidades para os enfrentamentos acima, sendo a CONDSEF a coordenadora das ações, cujas atividades deverão ser concatenadas e efetivas com divulgação para a base.

Calendário:

- Plenária Nacional no dia 26/11/2019, com todos os representantes dos serviços públicos das três esferas: Federal, Estadual e Municipal, para traçar estratégias de resistência às mudanças em curso pelo Governo.

Este relatório foi elaborado por Mario Ângelo Vitório, Francinete Silva Manzan e Rogério A. Expedito.

Brasília-DF, 23 de novembro de 2019.

Rogério Antônio Expedito
Diretor da Condsef/Fenadsef

SBS – Quadra 1 - Bloco K – Ed. Seguradoras– 3º Andar – Asa Sul – CEP 70093-900 – Brasília - DF

ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA – BRASÍLIA, 23/11/2019.

O RUMO DO TRABALHO E A DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Durante séculos a força de trabalho foisubjugada pelo grande capital e pelas piores formas de prescriçõeslaborais, que levaram a crer na utópica premissa de que houve muitos avanços na relação de trabalho em países periféricos como o Brasil, ao invés da premissa maior de que o mapa global preza pela exploração do trabalho e a concentração da renda. E estudos da Consultoria Tendência/2019 sobre o IRRF/RF, descobriu a discrepância da renda entre a Classe A e as D/E de 38,8 vezes, superior ao percentual de 21,4 vezes informado pelo IBGE com base na PNAD.

Há tempos o DIEESE pesquisa o piso salarial necessário para os trabalhadores, mas os dois últimos governos federais optaram por congelar o ganho real do salário-mínimoe por congelar os salários da maioria dos servidores públicos federais do Poder Executivo.

As premissas acima desses governos embasama retórica por mudanças estruturais no país, prometendomais empregos. Entretanto, vemos o empobrecimento,o desemprego e a precarização das relações de trabalho da população, inclusive, o empobrecimento da classe média,que foi umaengrenagem do Golpe de Estado perpetrado em 2016.

Nessa ótica, o mundo do trabalho percorrequatro fases históricas e contemporâneas. Eos cenáriospolítico, econômico e social são desafiadores. Contudo, apresentamos algumas diretrizes e proposições no tocante à defesa do serviço público para a reflexão dos congressistas, conforme a exposição em tela.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 1.0

O que se convencionou chamar de Revolução Industrial não se completou desde a sua origem, "pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou normas desde então. " Grifamos. Osvaldo Goggiola – Da Revolução Industrial ao Movimento Operário, pg. 8. Ed. Pradense.2010.

Devida à expansão do mercantilismo na Europa, descobrimento de novas colônias, o trabalho manual, artesanal e hidráulico não supria a demanda requisitada pelo capital por mais mercadorias e preços menores.

Mas as demais Aristocracias rurais da Ásia, África e América Latina, se beneficiavam da revolução industrial por causa das importações e transportes com custos mais baixos, e não viam razão para apoiar o surgimento de uma nova classe industrial.Obra citada.

Desse *modo,*"no decorrer da história, isso importa um abismo crescente entre o desenvolvimento econômico das áreas industrializadas e àquelas chegadas tardiamente (ou nunca chegadas) ao desenvolvimentoindustrial.

Mas o progresso econômico gerado pela industrialização demorou várias décadas até beneficiar, parcialmente e de algum modo, a população como um todo.

São fatores que concorreram para a industrialização: disposição de capital; recursos naturais, transformação agrária e mercado.

Por isso o livro O*s Direitos do Homem*, de Tom Paine, atacava a monarquia inglesa e em favor do republicanismo, se transformou no "manual universal do movimento operário".

Porém, a Inglaterra adiantou seu processo produtivo em 50 anos em relação ao continente europeu, o que nos leva hoje a algo parecido com o Tigre Asiático Chinês, pois o seu parque tecnológico está muito avançado, abrindo a Guerra Híbrida Comercial pelos E.U.A, especialmente, devida à tecnologia 5 G da gigante *Huawei* e a implantação econômica e política influente do **Cinturão Rota da Seda.**

REVOLUÇÃO INDÚSTRIAL2.0

Infere-seesta fase pela disponibilidade de capital com juros baixos e sistema bancário eficientee juros à 5% a.a. naInglaterra, ao invés de os 30% a.a. na China à época; matérias-primas abundante e a preços baixos, capitais vindo também do tráfico de escravos, do comércio com metrópoles colonialistas, como de Portugal e o consumo pelas colônias; conclusão das ferrovias, da indústria pesada, advento da eletricidade, a divisão do trabalho, máquinas novas, máquinas-ferramentas, máquinas produtoras de energia e outras inovações técnicas, como consequência e não causa no ano de 1.840 na Grã-Bretanha.

Os ingleses avançaram sobre os mercados externos, por meios pacíficos ou militares por causa da hegemonia naval e firmou vários acordos comerciais bilaterais mais favoráveis com outros países, e há tempos com Portugal por meio do Tratado de *Methuen*, onde este último ampliou as dívidas com os primeiros e pagava o débito com os metais preciosos de suas colônias. Obra citada.

"Nessa época a burguesia fortalecida economicamente, investiu no campo criando os cercamentos ou *enclausures* (latifúndios) e métodos agrícolas inovadores e desenvolvidos a partir de 1.731 por Jethro Tull e praticados na Alemanha, França e Holanda (Jethro Tull, que teve importância decisiva na transformação do crescimento industrial em *capitalismo. " Obra citada.*

Fundamentada na"formulação fisiocrática em 1.776, tanto quanto as formulações clássicas em 'A Riqueza das Nações'de Adam Smith, além de David Ricardo, enquadram-se como construtoras teóricas do liberalismo, na sua forma clássica.

<u>A presença do Estado na economia deveria ser reduzida</u>: o mercado deveria ser deixado ao jogo de suas livres forças (*laissez-faire*, *laissez passer*) ". Obra citada, pg.19. E a retórica não muda até hoje.

Após isso, Friedrich Engels descreveu em 1.844 a miséria da vida e condições de trabalho sob tarefas <u>monótonas e repetitivas</u>da classe obreira em " A Situação da Classe Operária na Inglaterra", mesmo com a "quebra da idiotice da vida rural", dizia.

Acrescentou: “a fome, a miséria e a fiscalização constante impunham disciplina no trabalho, além da coerção moral e religiosa, pois a indisciplina era considera motivo para as ‘chamas do inferno’ “.

E a mecanização da produção criou o proletariado rural e urbano, composto de homens, mulheres e crianças, submetidosàs jornadas diárias exaustivas e a salários aviltantes. Surgiam, como figuras dominantes da vida produtiva o capital industrial e o trabalho assalariado.Por isso, houve o aumento de desempregados no campo e no meio urbano, culminando com o nascimento do proletariado.

O Agrônomo Arthur Young dizia à época: “**Uma população que, ao invés de aumentar a riqueza do país, é para ele um fardo, é uma população nociva”.**

Karl *Polanyi* chamava esse período de ***“ a revolução dos ricos contra os pobres***. Os senhores e nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, pela violência e pela intimidação e pressão (...).”. Grifamos. Karl Polanyi. *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Campus, 1988.

Houve nesse momento a “acumulação primitiva de capital. E a exploração da América, Ásia e África forneceu a outra condição essencial: a posse de “grandes quantidades de capital. ”

Eric Hobsbawm resume a Revolução Industrial assim: “(...) **assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. (...). Assim, toda a economia mundial foi edificada** (...)”. Criou-se o trabalhador “livre”, possuidor apenas de sua força-de-trabalho, e obrigado a vendê-la, em troca de um salário, para garantir a sua

“É nas fábricas que surgia a nova classe social, a classe operária, submetida nesta fase inicial a esgotantes jornadas de até 16 horas de trabalho e sem descanso semanal para os homens, as mulheres e as crianças operárias, sendo que estas sofreram doenças degenerativas irreversíveis, devidas aos movimentos mecânicos repetitivos durante o período de crescimento.

Nessa época os salários eram tão baixos que muitos trabalhadores dependiam de subsídios para a complementação da renda para a sobrevivência e conter as revoltas, por intermédio do Sistema de *Speenhamland*, que a paróquia pagaria aos proletários um subsídio complementar ao salário, até o nível da subsistência que perdurou até 1.834, mas vencido pelo capitalismo e de seu mecanismo da *lei da oferta e da procura da mão de obra*. Obra citada.

Remetendo-nos os fatos acima ao período recente do serviço público, durante os governos liberais, pois muitos servidores recebiam complementações ao patamar do salário-mínimo, cuja prática ronda de novo a Administração Pública Federal, por causa da ausência de reajustes nos últimos anos e sem previsão orçamentária a curto prazo.

Prosseguindo por essa fase, a natureza do trabalho na fábrica exigia organização e disciplina dos trabalhadores, preparando-os para a ação organizada e disciplinada em outros campos.

A situação dos trabalhadores pobres, especialmente do proletariado industrial formava seu núcleo, era tal que a rebelião que se tornou não só possível, mas obrigatória.A tradição de greves, bastante desenvolvida entre os artesãos, foi retomada, ampliada e reformulada pelo proletariado moderno por melhores salários, direitos políticos e liberdades civis, e o movimento “destruidores de

máquinas” denominaram **Ludismo (...)**. No entanto, tiveram reações drásticas do patronato, como a perseguição aos líderes, e a aplicação de penas de mortes a trabalhadores. ” Obra citada, p. 43.

Ocorria também nessa época outra tática de luta que foi denominado de **Cartismo**. E teve como base a “Carta do Povo” endereçada ao Parlamento Inglês.

Isso ensejou, em escala histórica universal, um novo estágio do desenvolvimento do movimento operário. Obra citada.

O processo de organização pelo Cartismo produziu resultados cruciais: Em meados do séc. XVIII, surgiu a primeira lei limitando a oito horas de trabalho a jornada das crianças operárias. E proibiu-se o trabalho de mulheres em minas, depois a proibição do trabalho infantil, limitação do trabalho feminino, o direito de greve, a limitação da jornada de trabalho que passou de 80h semanais para 53h semanais para adultos e depois de duas décadas de luta, a jornada diária de 10h; lei de imprensa, reforma do Código Penal; a lei de supressão dos direitos sobre os cereais que confrontava os interesses dos latifundiários, supressão de taxas sobre os cereais e a lei permitindo as associações políticas.

OCartismose dividiuem duas alas: A ala partidária da força moral, que os levaria à vitória; e estava no Sul da Inglaterra, onde predominava os velhos trabalhos artesanais. E a ala partidária da força física, responsável pela organização das greves e convencida de que só a ação direta dos operários os levaria ao triunfo; e estava no Norte Industrial da Inglaterra e do proletariado fabril moderno.Obra citada.

Daí,sobre princípios democráticos do proletariado, surgiu **O Manifesto Comunista,** confrontado pela Encíclica Rerum Novarum, que foi uma ração patronal ao movimento operário.

O trabalho passou a ser dimensionado em suas várias fases da atividade econômica, e mapeado, especializado, mensurado por processos de produção por Ford, Taylor e Faiol, princípios que ainda existem em muitas organizações, especialmente com a divisão de cargos existentes e sistemas complexos de supervisão. Vigentes na Administração Pública, que acarretou a divisão dos servidores em várias corporações e sob os controles rígidos, o que dificulta a luta como um todo dos trabalhadores públicos.

E no século XX, surgia a Manufatura Enxuta, inventada pelo Engenheiro Taiichi Ohno e equipe, após a Segunda Guerra Mundial para a Toyota, para competir com as indústrias americanas, cujo modelo tornou-se o paradigma para todos os setores da atividade econômica.

E na Administração Pública Federal a Manufatura Enxuta achou guarida, intensificou-se a partir daabertura econômica desenfreada por Collor,pela Reforma do Aparelho de Estadopor FHC, por Temer e pelo governo atual.

Lado outro**, “O divórcio entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção é o fator preponderante para o surgimento do Sindicalismo, não por causa do maquinismo. <u>Onde ocorre esse divórcio nasce o Sindicato</u>**. ” Obra citada.Para Marx, “a única potência social que os operários possuem é seu número<u>. Mas a quantidade é anulada pela desunião</u>, que se engendra e se perpetua por uma concorrência inevitável (...) <u>Ao se ocuparem das atividades</u>

mais miseravelmente remuneradas, farão nascer, nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, (...)seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados". Grifamos. E em meados do século XIX, já era visível a expressão da situação da nova classe trabalhadora no movimento trabalhista. Obra citada.

As *Trade Unions* evoluíram para sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho diminuíram, o poder de compra aumentou, mas a situação era precária nos bairros dos operários: alcoolismo, favelas, sujeiras, acidentes, violência etc.

A situação melhorou com a implantação do sistema de inspeção do trabalho, mas a matança acidentária continuou em face das condições inadequadas de trabalho.

O desenvolvimento social da classe operária criou as bases sociais para a superação do "socialismo" até então existente, tanto na França com Saint-Simon e Fourier, quanto na Inglaterra com Robert Owen, e este criou a *National Equitable Labour Exchange*, aantecessora da primeira central sindical mundial.

Entretanto, o movimento político socialista reformista, isto é, que se opunha à via revolucionária para se opor à exploração capitalista, por um grupo de intelectuais influentes e denominados de *Fabian Society* – **"Fabianos",** propiciou que fossem os redatores do material de propaganda para o movimento trabalhista, e de várias propostas concretas de reforma social, e lançaram os fundamentos para o ***Welfare State***– Estado do Bem-Estar Social e a sigla partidária progressista.

Mais tarde no Brasil, Getúlio promulgavaa CLT. E é interessante destacarqual era a temperatura do movimento sindical no país:

" 7. Revelando, não só a repercussão alcançada pelo monumento legal projetado, mas, principalmente, uma vigorosa consciência sindical – prova plena de um regime social já radicado (...)". Grifamos.

"76. (...) dispôs sobre a exigência da sindicalização para o exercício da função de representação social em órgão oficial(...)."Grifamos.

Nota-se que as medidas acima foram as conquistas do movimento sindical.Mesmo com a forte ingerência abaixo da burguesia industrial:

"78. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo **propôs e foram aceitos** os aumentos" (...) grifamos.

REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS3.0 e 4.0

A Revolução Industrial 3.0 teve início com o advento da cibernéticaincrementadano início dos anos noventa, e o mundo viu surgir outro paradigma na forma da produção. O computadorfazia agora parte das atividades das empresas e da área pública, e aos poucos substituiua força de trabalhoemseus processos produtivos.

Além disso, as reformas supracitadas enfatizaramaprecarização das relações de trabalho privada e pública, reforçoda utopia do empreendedorismo,

marginalização dos trabalhadores excluídos do mundo digital, aumento atual de trabalhadores por aplicativos, sem proteção social etc.

Orenomado Professor e Sociólogo da Trabalho da Unicamp, Ricardo Antunes, aborda com propriedade acerca dos riscos ocupacionais graves em face à intensidade e ritmoacelerado de trabalho, dos RPSST – Riscos Psicossociais do Trabalho em face àinovação tecnológica, intoxicação por agrotóxicos ora liberados sem a avaliação profunda de seus efeitos colaterais na saúde do trabalhador, e as DORTs – Doenças Ortoesqueléticas, Síndrome de *Born Out*, assédios, afastamentos, devidosa este paradigma desenfreado e precário implementado nas indústrias, serviços, administração pública, agronegócio, construção civiletc.

Por outro lado, no tocante à Revolução Industrial 4.0, que é um desdobramento da fase anterior 3.0, acarretao desenvolvimento acelerado da Inteligência Artificial,da Robotização, da Internet dasCoisas,com as suas plataformas digitais e serviços por aplicativos, trabalho em Nuvem*, BIG DATA*, Bio e Nano materiais, redes, etc.

Antes, servidor que não se “esforçasse” para apreender às suas expensas a tecnologia da informática, era tachado como incompetente, e cuja lógica é atual em face da implantação do Governo Digital.

Enquanto ocorre a intensificação do Governo Digital– GD na Administração Federal, háa substituição de servidores pela robótica e pela a terceirização nas atividades fins, exceto, “ainda”, nas atividades típicas de Estado. E apesar da propaganda enganosano país contra os servidores, estudos demonstrama relação servidor/população seguinte:**o** Japão possui o percentual de 5.9%, a Alemanha – 10.6 %, os Estados Unidos da América – 15.3 %, o Reino Unido – 16.4 %,oCanada – 18.2 **%, e o Brasil – 1,16%.**Fonte: Super Listas.

A exposição acima percorreu as várias fases das demandas do grande capital e o impacto nas relações de trabalho privada e pública, demonstrou-se que as mudanças em curso afetam a força de trabalho de maneira brutal e que fundamentam o discurso político ultra e neoliberal para as reformas em seus vários segmentos que confrontam e enfraquecem o Estado do Bem-Estar Social, o serviço público e o movimento sindical.

Enfim, juntamos o ANEXO I, que aproveita algumas partes dos vários debates realizados pelo Grupo das Condições de Trabalho do ex-MTb e atual Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, e abre ainda o debate acerca da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP e pelo Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, instituídos pelo Decreto nº 9.991/19, Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 201/2019, acerca dos riscos da disrupção das nossas ocupações e algumas questões orgânicas da entidade que precisam ser debatidaspelo movimento sindical e coletivos de trabalhos..

ANEXO I - PROPOSIÇÕES PARA OS DEBATES:

A. Debates das Reformas: Previdência, Sindical e Administrativa;
B. Formação de grupos de estudos a prazo certo para a apresentação de alternativas ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoal -PNDP//PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS- PDP, prevendo acriação dos "ecossistemas" tecnológicos públicos de infraestrutura e aceleração digitalna Administração para a multiplicação do conhecimento, interação, trabalho com projetos em equipes multidisciplinares para o enfrentamento da disrupção ocupacional e para a gestão, suporte, criação, desenvolvimento de serviços públicos que serão prospectados a partir desses ambientes;
C. Posicionamento dos servidores quanto à apropriação das tecnologias 4.0 em face à disrupção das ocupações e cargos públicos, como reivindicação que o Governo disponibilize os meios para a apropriação do conhecimento e da gestão físico/digital: hardware, software, IoT(Internet das Coisas), TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), Cyber segurança, AI (inteligência Artificial), Cloud (Nuvem)etc.,para os cargos de modo a torná-los tipos abertos de competências, habilidades e de interações para o enfrentamento das mudanças inexoráveis em curso e a inovação;
D. Diretrizes e o debate do impacto da Indústria 4.0 em nossas ocupações, relações de trabalho, mudança de marco legal laboral e a prestação dos serviços públicos pelos os órgãos do ME, disrupção dos cargos e ocupações novas, geração de ferramentas efetivas da preservação de direitos laborais, da saúde e qualidade de vida em face dos empreendimentos e as plataformas novas de trabalho relacionadas às *Startups, FinThecs e outras*, que se utilizam da Inteligência Artificial – Robótica - Avatar Virtual, IoT, Realidade Ampliada, Simulação, Cyber segurança, Biotecnologia e Biofábricas, Nanotecnologia, Robótica Simplificada para pequenos negócios em mini fabricas digitais, plataformas cognitivas, sistemas integrados, nuvem, 3/4D, 5 G, Tecnologias da Informação e da Comunicação, *BIG DATA*, Iot, IA e Robótica, Nuvem, Gestão de Projetos, e Plano de Formação Contínua de Ensino por entidades federaisetc;
E. Proposição de Plano Democrático de Capacitação da força de trabalho eatual, que inclua os saberes adquiridos e os sustentados, balizado pelas diretrizes e especificidades próprias de cada ambiente e coletivos de trabalho, e sobre o Primado do Trabalho Decente,preconizado pela OIT – Organização Internacional do Trabalho;
F. Reivindicação junto às entidades nacionais para esforços e pressão perante a Secretaria Executiva do Ministério da Economia para a Ampliação do GPCOT – Grupo Permanente das Condições de Trabalho e resgate de pautas debatidas e a inclusão de pautas novas e de outros setores do ME;
G. Considerando o contingente grande de servidores que se aposentará a prazo curto e médio, urge abrir canais de negociação perante a Secretaria de Gestão para a implantação do Programa de Educação para a Aposentadoria no Serviço Público – PEA;
H. Diretrizes novas para a mobilização da base e a criação de estratégias e táticas de grande impacto contra os ataques ao serviço público;
I. Plano de ação com a designação de coordenadores para os fins em tela.

IV.CONCLUSÃO

A resistência e o avanço da entidade contra o desmonte do aparelho do Estado, a valorização dos servidores quanto às suas competências, habilidades, criatividades e saberes adquiridos, a democratização e a inclusão contra a automaçãoe a reinvenção sindical,virão somente após os debates aprofundados e da luta coesa do movimento sindical.

E "Não foi a revolução técnico-científica que possibilitou o surgimento do capitalismo, **mas o contrário: foi o desenvolvimento das condições econômicas do capitalismo que possibilitou aquelas mudanças".**Obra citada.

Ademais, *René Almalbert*, ícone da Ergologia Moderna do Trabalho, e estudioso de sistemas ultra seguros e resilientes de trabalho na área da aviação mundial, hospitalar, entre outros, leciona o seguinte:

Queas prescrições impostas pelo empregador ao empregado no ambiente de trabalho, enquadram-se no conceito de **Organizações Mortas**, pois são autoritárias, e não se submeteramao ciclo da comunicabilidade prévia entre a Administração e os Servidores. Mas as pessoas são seres vivos. Por isso, expelemos "corpos estranhos"injetados forçosamente em suas vidas.

No sentido da luta, *Amalbert* pugna pela existência das **Organizações Vivas,** onde a gestão horizontalizadaa partir do "chão da fábrica", visando a democratização da gestão, do ambiente de trabalho salubre, da qualidade de vida, da aprendizagem mútua e do trabalho social, remuneração digna, como novas formas eficientes do exercício das tarefas e da intervenção nos meios de produção; de maneira a torná-las mais inteligentes e menos onerosas física-emocional-espiritualmente falando, como preconiza a OMS.

Autor: Mário Ângelo Vitório

Ministério da Economia.